Demonstrações financeiras em 31 de março de 2016

# Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A. Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. "Companhia" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Outros assuntos**

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Carlos, 27 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug

Contador CRC 1SP246035/O-7

## Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 2015

#### (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	7	9	93	Fornecedores		3	-
Contas a receber de clientes	9	5.599	240	Impostos e contribuições a recolher	11	34	7
Impostos a recuperar	8	75	1	Passivo fiscal corrente		30	5
Ativo fiscal corrente			3	Salários e férias a pagar		4	4
				Dividendos a distribuir	9	1.678	358
Total do ativo circulante		5.683	337				
				Total do passivo circulante		1.749	374
Depósitos judiciais		31	30				
				Passivo fiscal diferido	16	44.180	44.186
Total do realizável a longo prazo		31	30				
				Total do passivo não circulante		44.180	44.186
Imobilizado	10	136.642	136.667				
				Patrimônio líquido	12		
		136.642	136.667	Capital social		3.055	3.055
				Reservas de lucros		7.705	3.747
Total do ativo não circulante		136.673	136.697	Reserva de reavaliação		81.720	81.720
				Ajuste de avaliação patrimonial		3.947	3.952
				, 1			
				Total do patrimônio líquido		96.427	92.474
				Total do passivo		45.929	44.560
Total do Ativo		142.356	137.034	Total do passivo e patrimônio líquido		142.356	137.034

## Demonstrações de resultados

## Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional liquida	13	5.697	7.649
Custos dos produtos vendidos	14	(8)	(33)
Lucro bruto		5.689	7.616
Despesas administrativas e gerais	14	(416)	(489)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	15	135	(531)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras			
líquidas e impostos		5.408	6.596
Receitas financeiras		32	1
Despesas financeiras		(5)	(4)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		27	(3)
Resultado antes dos impostos		5.435	6.593
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(168)	(349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6	1
Resultado do exercício		5.273	6.245

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	5.273	6.245
Resultado abrangente total	5.273	6.245

#### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

#### Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	_	Reserv	as de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de Abril de 2014	3.055	611	157	81.720	3.971	-	89.514
Dividendos distribuídos	-	-	(157)	-	-	(3.128)	(3.285)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(19)	19	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	6.245	6.245
Destinações: Reserva de retenção de lucros		<u> </u>	3.136	<u>-</u>	<u>-</u>	(3.136)	
Saldos em 1º de Abril de 2015	3.055	611	3.136	81.720	3.952	-	92.474
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(5)	5	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	5.273	5.273
Destinações: Dividendos minímos obrigatórios Reserva de retenção de lucros		<u>-</u>	3.958	<u> </u>	<u> </u>	(1.320) (3.958)	(1.320)
Saldos em 31 de Março de 2016	3.055	611	7.094	81.720	3.947	<u> </u>	96.427

#### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

#### Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Resultado do exercício	5.273	6.245
Ajustes para:		
Depreciação	26	54
Resultado na venda de ativos imobilizados	- (6)	972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	(1)
	5.293	7.270
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(5.359)	(210)
Impostos a recuperar	(71)	-
Outras contas a receber	-	33
Depósitos judiciais	1	(1)
Fornecedores	3	256
Impostos e contribuições a recolher Salários e férias a pagar	217	356 1
Adiantamentos de clientes - Partes Relacionadas	-	(1.592)
Additioned de chemes - Luces reductionadas		(1.372)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	84	5.857
Imposto de renda e contribuição social pagos	(168)	(349)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(84)	5.508
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado		(30)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimentos		(30)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Dividendos distribuídos		(5.430)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(5.430)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(84)	48
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	93	45
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	9	93

## Demonstrações do valor adicionado

## Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de produtos	5.864	7.897
Outras receitas	135	(531)
	5.999	7.366
Insumos adquiridos por terceiros	(2.52)	(12.0)
Outras despesas administrativas	$\frac{(352)}{(352)}$	$\frac{(426)}{(426)}$
	(332)	(420)
Valor adicionado bruto	5.647	6.940
Depreciação, amortização e exaustão	(25)	(52)
Depreciação e amortização	(25)	(53)
	(25)	(53)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	5.622	6.887
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32	1
	32	1
Valor adicionado total a distribuir	5.654	6.888
Note: the large december of the large decemb		
Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos		
Honorários dos administradores	46	45
	46	45
Impostos, taxas e contribuições	225	<b>7</b> 00
Federais	335	598
	335	598
Remuneração de capitais próprios		2.205
Dividendos Lucros retidos	5.273	3.285 2.960
Euclos letidos	J.41J	2.700
	5.273	6.245
Valor adicionado distribuído	5.654	6.888

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

1	Contexto operacional	12
2	Base de preparação	12
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	12
4	Uso de estimativas e julgamentos	12
5	Base de mensuração	13
6	Resumo das principais políticas contábeis	13
7	Caixas e equivalentes de caixa	18
8	Impostos a recuperar	19
9	Partes relacionadas	19
10	Imobilizado	20
11	Impostos e contribuições a recolher	21
12	Patrimônio líquido	21
13	Receita líquida	22
14	Despesas administrativas e gerais	22
15	Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23
16	Imposto de renda e contribuição social	23
17	Instrumentos financeiros	24
18	Aspectos ambientais	28
19	Demonstrações do valor adicionado - DVA	28

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

#### 2 Base de preparação

## Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2016.

#### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 6.b.ii - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado.

#### Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

#### 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

#### a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

#### (i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

#### (iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

#### (iv) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados por Assembleia Geral Ordinária e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

#### b. Imobilizado

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### (ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados

A vida útil para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Contas	Anos
Móveis e utensílios	8
Veículos e implementos rodoviários	5
Máquinas e implementos agrícolas	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

#### c. Redução ao valor recuperável (impairment)

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

Como parcela substancial refere-se a terras utilizadas para produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola, a Companhia determina o valor recuperável dos ativos como o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender, sendo que o seu valor justo foi determinado como base do valor de mercado médio por hectare dos ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de março de 2016 e 2015.

#### d. Benefícios a empregados

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### e. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### f. Receita operacional

#### Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. No caso da receita de cana-de-açúcar seu reconhecimento se dá no momento em que o produto agrícola é entregue na unidade produtora Usina Santa Fé S.A.

2016

2015

#### g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### h. Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% da recita de venda, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

#### (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

- **Imposto de renda -** Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.
- Contribuição social Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

#### (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos com relação a reavaliação e ao custo atribuído de terras e são utilizados somente à medida da realização dos bens que deram origem por depreciação, venda ou baixa. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### 7 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2016	2015
Caixa e bancos Aplicações financeiras	1 8	5 88
	9	93

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 17.

## 8 Impostos a recuperar

	2016	2015
IRRF Cofins	2	1
Cofins	73	
	75_	1

#### 9 Partes relacionadas

#### a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

#### b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		2016	2015	2016	2015
W 1 1 1 /	Relacionamento	Sald	os	Receitas (d	lespesas)
<b>Venda de cana-de-açúcar</b> Usina Santa Fé S.A.	Relacionada	5.599	213	5.864	7.898
		5.599	213	5.864	7.898
<b>Dividendos a distribuir</b> Outras partes relacionadas	Pessoa física	1.678	358		
		1.678	358	_	

## 10 Imobilizado

## a. Movimentação do custo

		2015			2016		_	
	Saldo Total	Adições	Baixas	Saldo Total	Adições	Baixas	Saldo Total	
Terras	137.252	-	-	137.252	_	_	137.252	
Móveis e Utensílios	26	-	-	26	-	-	26	
Veículos e implementos rodoviários	1.705	29	-1.013	721	-	-	721	
Máquinas e implementos agrícolas	975	-	-253	722	-	-	722	
Outros	16			16			16	
	139.974	29	(1.266)	138.736	-		138.737	

## b. Movimentação da depreciação

	_	2015		-				
	Saldo Total	Adições	Baixas	Saldo Total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Total
Móveis e Utensílios	(21)	_	_	(21)	-	-	-	(21)
Veículos e implementos rodoviários	(1.412)	(34)	244	(1.202)	(17(	-	-	(1.219)
Máquinas e implementos agrícolas	(871)	(20)	50	(841)	(9)	-	-	(850)
Outros	(5)			(5)				(5)
	(2.309)	(54)	294	(2.069)	(26)			(2.095)
Valor líquido contábil	137.665			136.667				136.642

#### Garantia

Em 31 de março de 2016, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados pela parte relacionada Usina Santa Fé S.A. junto às instituições financeiras.

#### Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

#### 11 Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
INSS - Funrural	34	7
Total	34	7

#### 12 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social no montante R\$ 3.055, está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31 de março de 2015).

#### b. Reservas

- **Reserva legal** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- **Reserva de reavaliação** Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

 Reserva de retenção de lucros - Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, é destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral.

#### c. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

2016

2015

#### d. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos dividendos. Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

#### e. Retenção de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2016 foram reclassificados no patrimônio líquido para reserva de retenção de lucros.

Em 31 de março de 2016 a reserva de lucros excedeu o capital social e, conforme art. 199 da lei nº 6.404/76, deverá ser deliberado na próxima Assembleia sua destinação para integralização do capital, ou destinação de dividendos.

#### 13 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo, é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2016	2015
Outras receitas	5.864	7.898
Receita bruta fiscal Menos:	5.864	7.898
Impostos sobre vendas	(167)	(249)
Total de receita contábil	5.697	7.649

### 14 Despesas administrativas e gerais

Despesas operacionais por natureza:		
Depreciação e amortização	25	53
Despesa com pessoal	59	132
Impostos e taxas	270	245
Outras despesas	70	92
	424	522
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos produtos vendidos	8	33
Despesas administrativas e gerais	416	489
	424	522

## 15 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2016	2015
Impostos e Taxas sobre outras operações	120	-
Recuperação com sinistros	(5)	-
Resultado na venda/baixa de ativos	-	(637)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	20	106
	135	(531)

#### 16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana-de-açúcar	5.697	5.697		7.649	7.649	
	5.697	5.697		7.649	7.649	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	456	684		612	918	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(114)	(55)	(168)	(151)	(83)	(234)
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	-	-		336	348	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	-			(84)	(31)	(115)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(168)		-	(349)

Em 31 de março de 2016 e 2015, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:

		2015		2016		
	Saldo em março de 2014	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2015	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2016	
Passivo circulante			_			
IRPJ e CSLL a pagar	2		5		30	
Passivo não circulante						
Imobilizado - Reavaliação	(42.099)	1	(42.098)	-	(42.098)	
Imobilizado - Custo atribuído	(2.044)	8	(2.036)	(3)	(2.033)	
Imobilizado - Depreciação						
Econômica	(42)	(10)	(52)	(3)	(49)	
Líquido	(44.185)	(1)	(44.186)	(6)	(44.180)	

#### 17 Instrumentos financeiros

#### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		Valor contábil				Valor justo			
31 de março de 2016 Ativos	Nota	Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Auvos Caixa e equivalentes de caixa	7	9	_	_	9	9	_	_	
Contas a receber de clientes	9		5.599		5.599				
Total		9	5.599		5.608	9			
Passivos Fornecedores e outras contas a pagar		<u> </u>		1.681	1.681				
Total		<u> </u>		1.681	1.681				
		Valor contábil				Valor justo			
31 de março de 2015	Nota	Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	7	93	-	-	93	93	-	-	
Contas a receber de clientes	9		240_		240				
Total		93	240	<u> </u>	333	93			
Passivos Fornecedores e outras contas a pagar		<u>-</u> _	<u>-</u>	358	358	<u>-</u> _			
Total				358	358				

#### b. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os nãos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

#### Contas a receber e outros recebíveis e outras contas

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### c. Gerenciamento de risco financeiro

#### Visão geral

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições normais de mercado, ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos da parceria agrícola de produção de cana-de-açúcar.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de parceria agrícola é centrada no relacionamento formalizado com partes relacionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9	93
Contas a receber de clientes	9	5.599	240
		5 (00	222
		5.608	333

#### Perdas por redução no valor recuperável

Na data de 31 de março de 2016 a a Agropecuária não tem registrado saldo de provisão para devedores duvidosos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 9.

#### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da parceria agrícola.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2016					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	-	-	-	
Contas a receber de clientes	5.599	5.599				
Total		5.608				
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	1.681	1.681				
Total		1.681				

	2015					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	93	93	-	-	-	
Contas a receber de clientes	240	240				
Total		333				
Passivos		250				
Fornecedores e outras contas a pagar	358	358				
Total		358				

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.

#### Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de preços dos produtos cultivados e comercializados.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção.

#### Risco cambial

A Companhia não está exposta as variações decorrentes de variações cambiais.

#### Risco taxa juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não está exposta as taxas de juros, pois está não possui nenhum passivo financeiro.

Exposição liquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

	Nota	2016	2015
Ativos Caixa e equivalentes de caixa	7	9	93
Carka o equivalentes de carka	,		
Líquido		9	93

A Agropecuária Nova Europa S.A.utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Agropecuária Nova Europa S.A.possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Usina Santa Fé S.A., já que esse não é o principal risco.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Empresa. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um incremento de 25% nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II um aumento de 50%.

#### Análise de sensibilidade para exposições a taxas de juros

	Saldo R\$	Cenário (prazo de 1 ano)		
Taxas de juros		Provável	Cenário I	Cenário II
Taxa CDI em 31.03.2016		14,13%	25% 17,66%	50% 21,20%
Caixa e equivalentes de caixa	9	1	2	2

#### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

#### Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

#### 18 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### 19 Demonstrações do valor adicionado - DVA

A Companhia está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos

respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.